

Um exército de professores sem escola: os que estão lá dentro que se cuidem.

(a aguardar publicação nas Actas do VII Congresso da AEPEC (Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural). Évora: Universidade de Évora)

Carlos Nogueira Fino
Professor Associado do Departamento de Ciências da Educação
da Universidade da Madeira
cfino@uma.pt

“The people come with nets to fish for potatoes in the river, and the guards hold them back; they come in rattling cars to get the dumped oranges, but the kerosene is sprayed. And they stand still and watch the potatoes float by, listen to the screaming pigs being killed in a ditch and covered with quicklime, watch the mountains of oranges slop down to a putrefying ooze; and in the eyes of the people there is a failure; and in the eyes of the hungry there is a growing wrath. In the souls of the people the grapes of wrath are filling and growing heavy, growing heavy for the vintage”.

John Steinbeck, in *The Grapes of Wrath*

1. Introdução

Uma cumplicidade tácita entre o Estado e as escolas de formação de professores, que proliferaram como cogumelos ao longo da última década do século vinte, num quadro de recessão demográfica – quebra dos índices de natalidade e gradual envelhecimento da população – , por todos conhecida e ignorada, acumulou à porta das escolas públicas portuguesas um inusitado exército de professores desempregados. Simultaneamente, a massificação escolar, o desinvestimento por aluno na educação, a ausência de políticas educativas coerentes, a exposição das escolas à crescente mediatização e os índices de iliteracia e inumeracia, encarregaram-se de completar a erosão do prestígio e do estatuto social dos professores. E, para piorar ainda o cenário, agoniza de exaustão o paradigma fabril, estruturante da escola pública ao longo dos últimos duzentos anos, tendo-se perdido o vínculo, outrora importante, entre a escola pública e o desenvolvimento social e económico, enquanto os professores, ao mesmo tempo que perdiam status, iam adquirindo funções “ocultas” de *entertainer* de adolescentes desmotivados.

Deste cadinho, pouco mais pode resultar que frustração e violência. Mas a violência maior, para os professores, é, talvez, a que resulta do facto de, pela primeira vez na história da educação do nosso país, sentirem a pressão da multidão dos seus pares que estão lá fora, olhando-os fixamente e prontos para os substituírem não importa por que preço, enquanto as uvas da ira amadurecem e se tornam luzidias e pesadas, prontas para a vindima.

2. O anel exterior

Vão longe os tempos em que, perante a escassez de professores para satisfazer a demanda da escola por um número crescente de alunos, o Estado procedeu à recruta de pessoal docente sem formação adequada, nem no plano pedagógico, nem, muitas vezes, no plano da formação específica. Isso aconteceu, fundamentalmente, na sequência do alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, cuja decisão não foi precedida de nenhuma espécie de planeamento, antes aconteceu sob a pressão da agenda social e política do pós 25 de Abril de 1974. Nessa altura, ainda não fazia parte do discurso vigente a expressão “ciências da educação”, e as universidades ainda não formavam professores. Com excepção das escolas de magistério primário, das escolas de educação física e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (a partir de 1971), os professores não se formavam enquanto tal: saíam licenciados da universidade, e só depois se submetiam à alquimia dos estágios, que faziam deles, quando houvesse vaga, professores efectivos.

Entretanto, muito tempo se passou. Os anos oitenta trouxeram consigo a substituição dos estágios pedagógicos, de duração anual, pela “profissionalização em exercício”, com duração de dois anos, enquanto que as universidades novas, criadas depois do 25 de Abril, apostavam na formação integrada de professores. E os anos noventa, com a concretização do direito à livre instituição de estabelecimentos de ensino superior privado, trouxeram a proliferação desses estabelecimentos que, em sinergia com as universidades e com a rede de politécnicos públicos, originaram uma catadupa de bacharelatos e licenciaturas em educação, de novo sem sombra de planeamento e, o que é pior, sem qualquer espécie de regulação.

Segundo a Infocid¹, em 2001 funcionavam 1619 cursos superiores em Portugal, dos quais cerca de trezentos eram cursos de formação de professores (incluindo educadores de infância). Em 2002, foi inexplicavelmente extinto o INAFOP, que tinha sido criado para funcionar como instituto regulador da formação inicial de professores, pela via da acreditação dos cursos, mediante contraste com uma espécie de caderno de encargos, definido pela via legislativa. Ironicamente, a sua extinção aconteceu no preciso momento em que as escolas de formação inicial de educadores de infância e de professores do primeiro ciclo do ensino básico procediam à entrega dos respectivos dossiers de acreditação. E as suas funções, ao contrário do que foi anunciado, ainda não foram cometidas a nenhuma outra instituição do Estado.

Em 2001, o Instituto Politécnico de Leiria encomendou um estudo à Universidade de Aveiro sobre a “necessidade de professores do ensino básico público em Portugal”. Os resultados foram apresentados num seminário intitulado “Formação de Professores, Emprego, Liberdade de Aprender e de Ensinar”, realizado a 27 de Setembro de 2002 no referido instituto. O estudo, da responsabilidade de Eduardo Anselmo Castro e Jorge Adelino Costa, concluiu que, até 2010, poderão formar-se, ao ritmo actual e no cenário mais desfavorável, 16 mil professores do ensino básico para além das necessidades do País (dois mil a mais por ano), embora admita qualquer outro desfecho, entre esse tecto e uma hipótese mínima mais favorável, que é a da saída de 700 professores a mais do que as necessidades, por ano, para o mercado de trabalho.

¹ Programa informático intitulado “Acesso ao Ensino Superior 2001” ([ESW.EXE](http://www.infocid.pt/downloads/ESW.EXE)), carregado de <http://www.infocid.pt/downloads/> em 02/10/2002.

Entretanto, nos concursos de professores para os ensinos básico e secundário, para o ano lectivo de 2002/2003, ficaram por colocar, segundo o Ministério da Educação, 21.454 professores. Segundo os sindicatos, esses números ascendem a 38.208².

Ou seja: em pouco mais de vinte anos, o país passou de uma escassez quase absoluta de professores para uma situação gravemente excedentária, com a agravante de se terem estabilizado as taxas de natalidade em números insusceptíveis de encarar a empregabilidade dos professores desempregados em tempo útil. A menos que, e essa é uma das hipóteses levantadas pelo estudo da Universidade de Aveiro, a actual situação de excesso acabe por se transformar em carência, devida à possível e presumível reorientação dos interesses dos jovens, que podem, pura e simplesmente, deixar de procurar cursos de formação de professores, face ao risco de esses cursos os lançarem no desemprego.

3. O anel interior

A este anel exterior de emergência, há a juntar um anel interior de alienação, nunca muito referido nos media, mas que, há muito, condiciona fortemente o bem-estar dos professores. Como é evidente, o anel exterior é composto pelo exército de desempregados que esperam, fora da escola, uma oportunidade de desempenharem as funções para que se treinaram. A esse exército deve adicionar-se a divulgação das “provas” da falência da escola como instituição formadora – iliteracia e inumeracia generalizadas, o país na cauda dos respectivos indicadores – e dos professores como formadores, bem como a orientação da opinião do cidadão comum no sentido de acreditarem que os professores são os responsáveis pela falência das suas instituições que, ainda por cima, consomem grandes quantidades de recursos financeiros sem contrapartida correspondente. Ao mesmo tempo, enquanto se torna vigente a ideia de que os professores que ainda estão no sistema, nomeadamente os mais idosos, deveriam “ceder” os seus lugares, reformando-se, para que os jovens tenham emprego, insinua-se a suspeita de que o insucesso da escola se fica a dever ao conformismo dos “professores acomodados”, apenas susceptível de ser transformado mediante a injeção de sangue novo no sistema escolar. E, se estes ingredientes não forem, porventura, bastantes, junte-se-lhes uma pitada da “austeridade salarial” com que os sucessivos ministérios das finanças sempre brindaram os funcionários públicos, professores incluídos, que se têm vindo a tornar cada vez mais proletários.

O anel interior é mais antigo e mais insidioso e tem que ver com a lenta e paulatina erosão que vem sofrendo o velho paradigma fabril de organização da escola. E, também, com a erosão que o exercício da actividade docente provoca nos professores.

Segundo Pires (1996), o ensino primário, o ensino secundário e o ensino superior eram, há pouco mais de vinte anos, assumidamente terminais, uma vez que todos esses níveis tinham terminalidades consubstanciadas nos respectivos diplomas de conclusão: o ensino primário conferia o diploma de 4ª classe, o ensino secundário conferia o diploma de curso geral, liceal ou técnico, e o ensino superior outorgava o diploma de licenciado.

A cada uma daquelas terminalidades, correspondiam, com boa probabilidade, saídas profissionais com níveis de prestígio social diverso e índice de remuneração condicente.

² Fonte: <http://www.netc.pt/Not/Det/0.1789.9-5755500000001070-155-170465.00.html> (reprodução de notícia emitida pela Agência Lusa a 29 de Agosto) (página acedida a 04/10/2002).

A quarta classe, que era habilitação obrigatória para a obtenção da licença de condução, dava acesso aos quadros inferiores da função pública, enquanto que com os cursos gerais do secundário se obtinham, com relativa facilidade, empregos em sectores de serviços, como a banca e os seguros, por exemplo. As licenciaturas abriam as portas ao exercício das funções dirigentes do Estado, das profissões liberais e à docência no secundário, enquanto os cursos médios, em diferentes áreas davam acesso a ocupações seguras. É fastidioso referir que aquele tempo, caracterizado por uma taxa de escolarização mínima para além da escolaridade obrigatória, e por ocupações que se esperavam para toda a vida, também era marcado pela existência de uma instituição escolar respeitada, cuja certificação, reconhecida e aceite pela sociedade, constituía garantia de empregabilidade.

Como todos sabemos, a escola perdeu, em poucos anos, praticamente todas as terminalidades, subsistindo, como último bastião, apenas a licenciatura. E, mesmo essa, dificilmente resistirá à tendência que já se manifesta no sentido ascendente: dentro de pouco tempo, profetizo, os professores serão recrutados de entre os portadores de mestrados, e as empresas procurarão pós-graduados, preferencialmente.

Entretanto, perdidas as terminalidades, a escola, por razões de natureza social distintas das de natureza directamente económica (formar elementos produtivos), ganhou novas finalidades, nem todas completamente explícitas e assumidas pelo Estado como tais. Uma delas é ocupar as crianças e os jovens em locais e actividades relativamente seguras, enquanto os pais trabalham. Outra, conexas com a anterior, é a retenção dos jovens no interior do sistema escolar até onde for possível, independentemente de não haver, ou de se ter desvalorizado irremediavelmente a respectiva terminalidade, com o único intuito de protelar a pressão que, de outro modo, os jovens exerceriam no mercado de emprego, e sem ser seguro o seu acesso à universidade, única instância do sistema escolar ainda com alguma credibilidade.

Sem as pontes com a realidade exterior que eram as antigas terminalidades, com a actual obrigatoriedade de permanência de todos os jovens no seu interior até aos quinze anos, independentemente da sua vontade, e com um sistema de ensino superior alienado pelo tipo de financiamento e pela luta pela captação de alunos, aos quais ninguém pode garantir, na generalidade dos casos, a empregabilidade dos respectivos cursos, as escolas têm vindo a transformar-se em depósitos para um número crescente de jovens cada vez com menos ilusões. E os professores em guardiões e *entertainers* desses jovens, embora lhes tenham dito que os contratavam para “ensinar”.

Um exemplo do início da assunção despudorada, pelo Estado, de que os educadores podem ser considerados, em conjunto, como *entertainers*, e as escolas como depósitos, é a decisão unilateral pelo Ministério da Educação, tomada à revelia do estatuto profissional dos educadores de infância, de alargar em várias semanas o período de funcionamento dos estabelecimentos da educação pré-escolar “para responder às necessidades das famílias”.

Como resulta evidente, a alienação das escolas redonda na alienação do papel dos professores, numa ofensa à sua auto-estima, em lesão da sua motivação e do seu brio profissional. Esse facto é, já por si próprio, uma violência continuamente exercida sobre os professores. Talvez nunca atinja uma intensidade muito aguda, mas exerce-se, sem pausa, ao longo dos anos, e de forma sempre em progressão. E, a essa violência

interior, às vezes pontuada por acontecimentos graves, há que somar a violência exercida pelo anel exterior.

Assim, estão os professores em exercício sob a acção de duas violentas forças antagónicas, contra as quais pouco podem fazer, nem sequer em bloco, como classe sócio-profissional, quanto mais individualmente.

4. O Estado como agressor

Enquanto isso, em Agosto de 2001, o Ministério da Educação, alegando ter sido pressionado a divulgar os resultados dos exames nacionais de 12º ano, forneceu-os em bruto, deixando ao critério dos órgãos de comunicação social, das escolas e demais entidades a elaboração de um juízo sobre eles. O resultado não se fez esperar: com base apenas naqueles resultados, foram elaborados rankings das escolas segundo metodologias diferentes e chegando a conclusões contraditórias. A esse propósito, lia-se na página II do suplemento especial Educação do jornal “Público” de 27 de Agosto de 2001, o seguinte: *“O facto de ser a primeira vez que se publicam, em Portugal, quadros como os que reunimos neste suplemento – que agrupam escolas públicas e privadas de acordo com as médias obtidas nos exames nacionais pelos seus alunos –, tornou necessário definir alguns critérios para os construir. Na verdade, uma vez que o Público recebeu informação em bruto, e o Ministério da Educação sublinhou que não era sua política elaborar ‘rankings’, houve que proceder ao tratamento dos mais de 460 mil resultados dos exames nacionais do 12º ano de acordo com critérios simples, claros e, na medida do possível, justos”*.

Como o próprio jornal reconhece, a “justeza” dos critérios para a elaboração de um “ranking” de escolas com base unicamente nos resultados de exames nacionais, só o será na medida do possível. No entanto, neste ano de 2002, foi o próprio Ministério da Educação a divulgar um “ranking” das escolas elaborado com base nos mesmos critérios que tinham sido utilizados pelos *media* no ano transacto, prometendo que essa prática será para continuar, perante um coro de protestos e de objecções de associações sindicais, partidos políticos e associações de pais. Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, o “ranking” das escolas é “uma aberração” e “um acto criminoso”. Em declarações ao jornal Público, a secretária-geral daquela Federação, Manuela Teixeira, afirma ser a lista de 2002 pior do que a de 2001. *“Em 2001 sabíamos que os dados estavam em bruto, não tinham sido tratados. Este ano surge com um apoio pseudo-científico, que introduz dados do nível sócio-económico dos concelhos que acaba por provocar as maiores distorções. Todos os concelhos grandes como Lisboa e Porto atraem populações dos dois extremos, ou seja, com níveis muito elevados e muito baixos”*³.

Independentemente do juízo que se faça da pertinência dos dados recolhidos, do rigor do seu tratamento, da fiabilidade das suas conclusões e da oportunidade ou justeza da respectiva divulgação, refira-se que a ideia da possibilidade de ordenar as escolas, e consequentemente os professores, pelos resultados que os alunos obtêm nos exames nacionais, não deixa de ser portadora de mais uma violência que se exerce sobre o exercício da profissão docente, que se vem juntar ao conjunto da violência que constitui o anel exterior que rodeia a escola, referido anteriormente. Além disso, perpassa pela

³ Em <http://ultimahora.publico.pt/shownews.asp?idCanal=74&id=187726>. (página acedida em 8 de Outubro de 2002).

divulgação do “ranking” uma ameaça subliminar de responsabilização directa dos professores pelos maus resultados obtidos pelos alunos. Como se estivesse implícita a ideia de que é possível avaliar, ainda que indirectamente, o desempenho profissional dos professores, através dos resultados que os seus alunos obtêm nos exames nacionais.

Dir-se-ia que o Estado, o mesmo que tem gerado os sucessivos ministros da educação, cujo somatório de intervenção política se tem revelado incapaz de compreender e de planificar eficazmente tanto o sistema escolar como a formação de professores, encontrou o que parece que pretende: um grupo profissional, particularmente exposto à curiosidade pública, a quem responsabilizar pela incapacidade que ele – Estado – tem demonstrado em mover-se com uma agilidade de acordo com os tempos e as necessidades de que os novos tempos são portadores. E tem, agora, ao seu dispor um exército de jovens candidatos a professor para gerir de acordo com políticas cada vez mais economicistas, mas que parecem apontadas contra os professores que estão no interior do sistema escolar. Aliás, não será apenas coincidência que, em simultâneo com a divulgação do “ranking” de 2002 das escolas pelo Ministério da Educação, tenha vindo a público a Ministra das Finanças, em fase de apresentação do Orçamento de Estado para 2003, afirmar que são principalmente os sectores da saúde e da educação onde pode ser reduzida a despesa pública, insinuando a impressão de que as escolas, além de locais de insucesso, são excessivamente gastadoras.

Enfim, é o próprio Estado o grande instigador da violência que se abate sobre os professores: os que estão no activo e os que esperam, impacientes, no desemprego. Como aquelas hordas de desenraizados de que fala Steinbeck. Os que vieram com redes pescar batatas no rio, e que os guardas mantêm à distância; os que vêem em carros desconjuntados recolher as laranjas lançadas ao lixo, mas que chegam mais tarde que o querosene e as chamas; os que sentem crescer no olhar a impotência e a ira. Enquanto as uvas amadurecem e se tornam luzidias e pesadas. Prontas para a vindima.

5. Bibliografia

- “Acesso ao Ensino Superior 2001” (Programa informático), carregado de <http://www.infocid.pt/downloads/> em 02/10/2002.
- Apple, M. (1979). Ideology and curriculum. New York: Routledge.
- Bourdieu, P. e Passeron, J. (1977). La reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza. Barcelona: Laia.
- Bruner, J. (1996). The culture of education. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Giroux, H. (1986). Teoria Crítica e Resistência em Educação. S. Paulo: Vozes.
- Giroux, H. (1983). Pedagogia Radical. S. Paulo: Cortez.
- <http://ultimahora.publico.pt/shownews.asp?idCanal=74&id=187726>. (página acedida em 8 de Outubro de 2002).
- <http://www.netc.pt/Not/Det/0,1789,9-5755500000001070-155-170465,00.html> (reprodução de notícia emitida pela Agência Lusa a 29 de Agosto) (página acedida a 04/10/2002).
- Jornal “Público”, suplemento especial Educação, página II, de 27 de Agosto de 2001.
- Kelly, A. (1980). O currículo: teoria e prática. S. Paulo: Harbra.
- Maehr, M. e Midgley, C. (1996). Transforming school cultures. Boulder - Colorado: Westview Press.

- Pires E. L. (1996). “A arquitectura do sistema escolar português: coerências e incoerências de ontem e de hoje; evolução dos modos de escolarização”.
www.cursoverao.pt/c_1996/eurico2.html
- Pires, E. L. (1987). Lei de Bases do Sistema Educativo: apresentação e comentários. Porto: Edições ASA.
- Scribner, S. e Cole, M. (1981). The Psychology of Literacy. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Smith, P. M. (1996). “Reinventing Schools, an OP-ED”:
<http://www.nap.edu/readingroom/books/techgap/op-ed.html>.
- Steinbeck, J. (1939 – 1999). The Grapes of Wrath. New York: Penguin Great Books of the 20th Century.
- Toffler, A. (s/d). Choque do futuro. Lisboa: Livros do Brasil.
- Torres Santomé, J. (1995). O curriculum oculto. Porto: Porto Editora.